

Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004

*Ralph Hakker
George Martine*

INTRODUÇÃO

A PNAD de 2004, cujos resultados o IBGE divulgou em novembro de 2005, constitui o instrumento mais recente para acompanhar a evolução da dinâmica demográfica no Brasil. Este ensaio oferece uma análise exploratória dos dados dessa fonte, referentes a movimentos migratórios, os quais serão comparados com os resultados do Censo Demográfico de 2000 e com outros dados históricos.

A inclusão de quesitos referentes à migração nas PNADs ainda é relativamente recente (desde 1992) e o número de estudos sobre o tema que têm sido realizados com essa fonte ainda é bastante limitado (ver Cunha, 2002 a). Um fator que facilita a análise e a comparação com o Censo é que, pela primeira vez, a PNAD de 2004 inclui a área rural da Região Norte que, à exceção do Estado de Tocantins, até então não tinha sido considerada nas PNADs. Isto possibilita uma análise mais representativa dos fluxos migratórios dirigidos a essa Região e uma avaliação mais correta dos saldos migratórios de todas as UFs.

É verdade, no entanto, que não obstante as novas oportunidades de análise, tais dados apresentam também limitações quanto às possibilidades de correlação com transformações de curto prazo na sociedade. Os movimentos migratórios constituem uma resposta a estímulos simultâneos de curto e longo prazo. Ou seja, alguns processos estruturais – como, por exemplo, as mudanças no padrão tecnológico de produção agrícola, os efeitos da globalização econômica sobre a estrutura produtiva em diferentes espaços do território nacional ou as mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade – influenciam as intenções de migrar de maneira difusa ao longo

do tempo. Outros fatores – tais como as decisões do setor público ou privado de financiar grandes projetos e construções (complexos petrolíferos, barragens, conjuntos habitacionais, etc.), a descoberta de minérios preciosos, a violência, ou catástrofes climáticas produzem efeitos de prazo mais curto. Identificar os determinantes dos diversos tipos de fluxos que ocorrem simultaneamente no curto prazo é um empreendimento bastante complexo.

A busca de melhores condições de vida fundamenta a maioria dos deslocamentos populacionais. Para populações em idades ativas, isso normalmente significa a busca de melhor emprego e de renda. As pessoas se deslocam para aquelas localidades onde sua rede de informações – que, evidentemente, pode não ser perfeita – lhes indica que existem maiores possibilidades de encontrar um trabalho ou uma atividade melhor remunerada. No nível agregado, isso significa que grosso modo os migrantes seguem a mesma rota que os investimentos econômicos. Entretanto, a relação entre estímulo e migração não é perfeita nem imediata. Mesmo para os estudiosos e acadêmicos, a informação sobre a espacialização dos investimentos produtivos tende a ser defasada.

Dado esse conjunto de limitantes, não se deve esperar uma análise definitiva dos fatores determinantes desses movimentos populacionais de um estudo focado nos deslocamentos populacionais ocorridos durante o período recente. Muito menos pode se esperar uma apreciação de, por exemplo, como a atuação e as políticas do governo atual têm afetado os movimentos migratórios, mesmo porque a maior parte do período de referência para a apreciação da migração recente (1999-2004) corresponde ao governo anterior. Entretanto, como o interesse do estudo é mais conjuntural do que estrutural, aqui se enfocarão os fluxos migratórios recentes, atribuindo-se menos atenção aos estoques de não-naturais residentes nas unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Nesse intento de caracterização dos fluxos recentes e sua contextualização dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, enfocaremos os seguintes aspectos: fluxos inter-regionais, fluxos interestaduais, migração de retorno, migração para Regiões Metropolitanas e outras áreas urbanas; componentes do crescimento metropolitano e diferencial entre migrantes e não-migrantes.

Uma limitação de outra natureza, mais operativa, refere-se à representatividade de resultados muito desagregados, já que a PNAD se baseia em dados amostrais. Faz-se necessária ter cautela no caso da migração, já que o fenômeno tende a levar a análises muito desagregadas que podem

facilmente ultrapassar a representatividade da amostra. Embora o tamanho amostral total de 399.354 indivíduos que caracteriza de PNAD de 2004 seja o maior de todas as pesquisas domiciliares da América Latina, o IBGE alerta para o fato de que os resultados são representativos ao nível da população total das Grandes Regiões, unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, mas não necessariamente ao nível de desagregações mais detalhadas, inclusive das estratificações sociais que podem ser realizadas dentro de cada UF ou Região Metropolitana.

A PNAD de 2004 emprega as seguintes frações de amostragem médias: 1/269 na Região Norte, 1/398 no Nordeste, 1/672 no Sudeste, 1/442 no Sul e 1/299 no Centro-Oeste.¹ Este trabalho não fornecerá estimativas sistemáticas de todas as variâncias amostrais dos números apresentados. Entretanto, alguns casos fundamentais que apresentam grandes variações com relação às tendências históricas merecem uma investigação que lhes confira significado. Em outros casos, porém, os resultados deste estudo devem ser interpretados meramente como indicações de tendências, sugerindo possíveis pistas de análise.

Além da variabilidade da amostra, ainda existem dúvidas acerca de outros aspectos da captação de informação na PNAD. Cunha (2002 a) comparou os resultados da pergunta sobre a residência numa data fixa entre o Censo Demográfico de 1991 e a PNAD de 1992, e encontrou diferenças relativamente grandes em algumas UFs, mesmo as maiores, como os estados

¹ Mais especificamente, o relatório da PNAD menciona as seguintes frações:

1/50 na parte rural de Roraima;

1/80 na parte rural do Acre e do Amapá;

1/150 na parte rural de Rondônia, na parte urbana do Acre e de Roraima, na Região Metropolitana de Belém e na parte rural do Pará;

1/200 na parte urbana de Rondônia e do Amapá, na parte rural do Amazonas, no Estado de Tocantins, nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, de Recife, de Salvador e de Porto Alegre, e no Distrito Federal;

1/250 na parte urbana do Amazonas e na parte rural do Pará;

1/300 nos Estados de Sergipe, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Goiás;

1/350 na parte urbana do Pará, nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Curitiba;

1/400 no Rio de Janeiro não-metropolitano;

1/450 nos Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, da Bahia não-metropolitana e do Espírito Santo;

1/500 nos Estados do Piauí e do Ceará não-metropolitano, em Pernambuco não-metropolitano;

1/550 no Estado de Minas Gerais não-metropolitano, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Paraná não-metropolitano, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul não-metropolitano;

1/750 no Estado do Maranhão; e

1/800 em todo o Estado de São Paulo.

da Região Sudeste.² Como o próprio autor indica, essas diferenças poderiam, até certo ponto, ser uma consequência do ano de defasagem que existe entre ambas as fontes mas, de qualquer forma, sugerem uma certa cautela na interpretação dos resultados.

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO PERÍODO RECENTE

De acordo com os dados da PNAD 2004, uma parcela importante dos fluxos migratórios recentes no Brasil sofreu tanto uma redução de volume quanto mudanças de rumo em comparação com quinquênios anteriores. Tais alterações nos padrões tradicionais migratórios podem ser observadas em relação aos fluxos inter-regionais, assim como interestaduais. Abaixo se descreve em algum detalhe quais foram as principais mudanças, primeiras em nível inter-regional e depois em nível interestadual. As últimas duas seções do trabalho analisarão o crescimento das Regiões Metropolitanas e a seletividade dos migrantes, temas em que também se vislumbram algumas possíveis modificações em comparação com as tendências históricas.

A MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL

De acordo com a Tabela 1, o número de pessoas que migraram da sua região de residência (nos últimos cinco anos) para uma outra Grande Região aumentou de 3.226 mil para 3.364 mil entre 1986-91 e 1995-2000, mas diminuiu significativamente para 2.863 mil, entre 1999-2004. Essa redução é particularmente notável tendo em vista o aumento da base de migrantes

Tabela 1. Entradas e saídas de migrantes internos nas Grandes Regiões segundo informação da data fixa, 1986-1991, 1995-2000 e 1999-2004

	Entradas			Saídas		
	1986-1991	1995-2000	1999-2004	1986-1991	1995-2000	1999-2004
Norte	408.522	355.438	330.660	277.298	292.747	266.919
Nordeste	477.907	647.375	848.002	1.354.441	1.411.423	934.589
Sudeste	1.426.943	1.404.871	844.677	786.815	946.284	1.059.913
Sul	285.270	330.614	305.063	470.641	349.814	270.477
Centro-Oeste	627.287	625.244	534.879	336.734	363.274	331.383
Total	3.225.929	3.363.542	2.863.281	3.225.929	3.363.546	2.863.281

Fontes: Dados para 1986-91 de Oliveira e Simões, 2004; dados para 1995-2000 e 1999-2004 obtidos de: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004

² No caso da imigração, as diferenças relativas foram – 3,4 % em Minas Gerais, 20,1 % no Espírito Santo, - 18,0 % no Rio de Janeiro e – 10,0 % em São Paulo.

em potencial no país como um todo; ou seja, o aumento populacional de 135,8 milhões em 1986, para 149,1 milhões em 1995 e para 158,9 milhões em 1999 deveria, *ceteris paribus*, redundar em um aumento considerável do número de migrantes de um período a outro. Se os dados citados acima estão corretos, então estariam apontando para uma mudança relativamente abrupta no nível de deslocamentos espaciais de grande distância.

Provavelmente o resultado mais marcante sobre a migração que surge da análise da PNAD se refere à aparente ruptura do padrão histórico da migração inter-regional entre o Nordeste e o Sudeste. O Censo de 2000 já demonstrava que, apesar do saldo migratório fortemente negativo do Nordeste (de - 743.188), o fluxo de migrantes (em parte, de retorno) do Sudeste para o Nordeste era o segundo fluxo migratório inter-regional mais importante do período de 1995-2000, superado apenas pelo fluxo no sentido contrário (Tabela 2.A). Esse fluxo também se mostrava crescente em comparação com o período 1986-91. Se os resultados são relativizados em termos de probabilidades de migração (Tabela 2.B), o quadro muda devido à grande base populacional sobre a qual se calcula a probabilidade migratória do Sudeste para o Nordeste, mas mesmo assim continua sendo a sexta maior, depois das probabilidades associadas aos fluxos do Nordeste para o Sudeste, do Centro-Oeste para o Sudeste, do Norte para o Centro-Oeste, do Sul para o Sudeste e do Norte para o Nordeste.

Tabela 2.A. Fluxos absolutos de migrantes inter-regionais 1995-2000

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	86.838	68.185	22.954	114.770	292.747
NE	182.712	-	969.435	31.027	228.249	1.411.423
SE	75.466	462.626	-	214.918	193.274	946.284
S	26.990	27.898	205.975	-	88.951	349.814
CO	70.270	70.013	161.276	61.715	-	363.274
Exterior	13.789	20.860	88.136	52.665	26.770	202.220
Total	369.227	668.235	1.493.007	383.279	652.014	3.515.021

Fonte: Calculado com base nos dados publicados do Censo 2000.

Tabela 2.B. Matriz de probabilidade condicional de migração-permanência
1995-2000

Destino Origem	N	NE	SE	S	CO
N	0.9738	0.0078	0.0061	0.0021	0.0103
NE	0.0042	0.9675	0.0223	0.0007	0.0053
SE	0.0004	0.0071	0.9863	0.0033	0.0030
S	0.0012	0.0012	0.0090	0.9847	0.0039
CO	0.0069	0.0069	0.0158	0.0060	0.9644

Fonte: Calculado com base nos dados publicados do Censo 2000.

Comparando a Tabela 2.A com a Tabela 3.A, que mostra os resultados da PNAD de 2004, as seguintes diferenças chamam a atenção:

1. Uma diminuição não desprezível, da ordem de 15%, no volume de fluxos inter-regionais entre os quinquênios de 1995-2000 e de 1999-2004;
2. Uma forte redução da migração do Nordeste para o Sudeste e ao mesmo tempo um aumento significativo do fluxo no sentido oposto, de tal magnitude que o fluxo predominante presente é precisamente do Sudeste para o Nordeste;³
3. Reduções significativas da migração do Sul e do Centro-Oeste para o Sudeste e do Norte e do Nordeste para o Centro-Oeste;

³ Tomando em conta que a fração de amostragem média no Nordeste foi 1/398 e no Sudeste 1/672, pode-se calcular que o desvio padrão da diferença entre os números 620.334 e 548.513 na Tabela 3.A foi menor de 25.000 pessoas. A tabela de coeficientes de variação providenciada pelo IBGE, na nota técnica divulgada junto com os resultados da PNAD, sugere um desvio padrão um pouco menor de 30.000. Em ambos os casos, a diferença dos fluxos seria demasiado grande para poder ser atribuída a fatores aleatórios. Entretanto, também deve ser lembrado que a diferença está entre dentro dos limites que Cunha (2002 a) encontrou para a variação da PNAD de 1992 com relação ao Censo de 1991 na Região Sudeste.

Tabela 3.A. Fluxos absolutos de migrantes inter-regionais 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	100.613	50.939	29.742	85.625	266.919
NE	186.675	-	548.513	20.745	178.656	934.589
SE	55.738	620.334	-	206.284	177.557	1.059.913
S	26.307	25.584	125.545	-	93.041	270.477
CO	61.940	101.471	119.680	48.292	-	331.383
Exterior	9.207	14.556	73.233	37.171	23.445	157.612
Total	339.867	862.558	917.910	342.234	558.324	3.020.893

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 3.B. Matriz de probabilidade condicional de migração-permanência 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO
N	0.9791	0.0079	0.0040	0.0023	0.0067
NE	0.0041	0.9796	0.0120	0.0005	0.0039
SE	0.0008	0.0086	0.9853	0.0029	0.0025
S	0.0011	0.0010	0.0051	0.9891	0.0038
CO	0.0054	0.0089	0.0105	0.0042	0.9710

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

4. Um certo aumento da migração do Centro-Oeste para o Nordeste;
5. Uma continuação da tendência já observada no Censo de 2000, de arrefecimento da emigração de Região Sul, que passou a ter saldo migratório positivo.

O principal componente dessa redução expressiva no movimento migratório total pareceria residir na diminuição dos fluxos em direção à Região Sudeste. Assim, a migração para o Sudeste caiu de 1.427 mil em 1986-91, para 1.405 mil em 1995-2000 e para apenas 918 mil entre 1999-2004. Paralelamente, a migração inter-regional para o Nordeste aumentou de 478 mil para 647 mil e para 863 mil, nos mesmos períodos. Enquanto isso, o número de saídas do Nordeste teve um ligeiro aumento entre os dois primeiros períodos, mas uma queda significativa de 1.411 mil para 935 mil entre 1995-2000 e 1999-2004.

Em síntese, não somente o Sudeste passou a ser menos atrativo para migrantes das outras regiões, mas também um grande número de pessoas residentes em outras regiões, especialmente no Sudeste, optou por residir no Nordeste. Conforme se verá mais adiante, uma parte significativa dessa migração para o Nordeste é composta de migrantes de retorno. Nos mesmos períodos, as Regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram uma tendência declinante no que se refere a migrantes recebidos – embora continuassem com saldos positivos – e a Região Sul passou pela primeira vez a ter um saldo migratório positivo.

A Tabela 4, onde são apresentadas informações sobre saldos migratórios líquidos para as Grandes Regiões em três quinquênios recentes, resume essas diversas tendências. A principal observação estimulada por essa tabela diz respeito, novamente, à inversão dos tradicionais padrões migratórios entre as Regiões Sudeste e Nordeste durante o quinquênio mais recente. Ou seja, o saldo líquido negativo do Nordeste, Região tradicionalmente exportadora

Tabela 4. Saldos migratórios internos na migração inter-regional nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 1999-2004

	Saldos migratórios internos		
	1986-1991	1995-2000	1999-2004
Norte	131.224	62.691	63.741
Nordeste	-876.534	-764.048	-86.587
Sudeste	640.128	458.587	-215.236
Sul	-185.370	-19.200	34.586
Centro-Oeste	290.553	261.970	203.496

Fontes: Dados para 1986-91 de Oliveira e Simões, 2004; dados para 1995-2000 e 1999-2004 obtidos de: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004.

de mão-de-obra ficou reduzido a uma décima parte do que era antes. Simultaneamente, a Região Sudeste passou de principal receptor de movimentos migratórios para principal exportador de migrantes no período 1999-2004.

Não é possível apresentar um quadro completo acerca dos fluxos inter-regionais em termos de origens e destinos urbanos e rurais, devido à ausência de informação sobre a zona de residência na origem, mas a Tabela 5 apresenta informações sobre a zona de residência atual (em 2004) dos migrantes inter-regionais. Da população total com mais de 5 anos de idade, 30,6 % residia em áreas urbanas metropolitanas, mas o mesmo aconteceu com apenas 25,2 % dos migrantes recentes.⁴ O mesmo acontece com a residência rural, que foi escolhida por apenas 12,4 % dos migrantes recentes, embora representasse 13,5% da população geral. Isso indica uma preferência dos migrantes recentes para áreas urbanas fora das Regiões Metropolitanas. Tal observação se coaduna com os resultados de vários trabalhos recentes que têm comentado a redução do ritmo de crescimento das RMs antigas e o despontar de novos “Aglomerados Metropolitanos Recentes” com ritmos de crescimento mais elevados.⁵ A tendência é particularmente notável na Região Nordeste, onde 69,2% dos migrantes recentes residem em áreas urbanas não-metropolitanas, contra 51,6% da população geral. Uma exceção é a Região Centro-Oeste, onde essas porcentagens em 2004 foram 65,6% e 69,8%, respectivamente. Como seria de esperar, os destinos rurais são mais frequentes entre migrantes da Região Sul e Nordeste para a Região Norte e entre os migrantes do Sul para o Centro-Oeste, enquanto os migrantes da Região Nordeste para o Sudeste e Sul apresentam os maiores índices de residência metropolitana.

No atual momento é difícil precisar quais seriam os principais fatores que teriam motivado as mudanças no fenômeno migratório assinaladas anteriormente. A Tabela 6 retrata a evolução da renda domiciliar per capita entre 1992 e 2004. Esta tabela mostra que, em termos relativos, entre 1998 e 2004, a renda per capita efetivamente diminuiu mais na Região Sudeste do que no Nordeste. Embora o diferencial de renda também tenha diminuído um pouco como resultado desta tendência, a média no Sudeste continua sendo mais do que o dobro do Nordeste, de modo que é difícil acreditar que

⁴ Como os dados sobre migrantes recentes se referem exclusivamente à população com mais de cinco anos, a comparação é feita com o conjunto da população acima desta idade. Este último dado não consta da Tabela 5.

⁵ Vide Baeninger (2004) para uma análise do crescimento dos diferentes tipos de aglomerados.

Tabela 5: Composição dos migrantes inter-regionais 1999-2004 por zona de residência urbana metropolitana (UM), urbana não-metropolitana (U) e rural (R)

	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Total		
	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R
N	-	-	-	6,0	81,4	12,6	50,7	46,5	2,8	18,8	81,2	0,0	7,7	77,2	15,1	16,5	73,4	10,1
NE	8,3	62,9	28,8	-	-	-	55,2	39,7	5,1	54,5	34,1	11,5	30,0	60,2	9,8	41,0	48,1	10,9
SE	8,8	73,1	18,2	12,6	67,3	20,1	-	-	-	26,0	67,2	6,8	26,3	65,3	8,5	17,3	67,3	15,5
S	4,6	61,5	33,9	34,5	52,6	12,9	26,6	63,1	10,3	-	-	-	6,0	66,1	27,9	18,1	63,0	18,9
CO	7,0	77,8	15,2	8,5	72,8	18,8	33,1	59,2	7,7	18,1	74,5	7,4	-	-	-	18,5	69,1	12,4
T	7,9	67,3	15,2	12,0	69,2	18,8	47,5	46,4	7,7	26,0	67,5	7,4	21,0	65,6	13,5	25,2	61,4	12,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 6. Renda real domiciliar per capita, corrigida pelo INPC, Grandes Regiões, 1992-2004

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Norte	266	300	374	358	357	353	333	342	338	305	336
Nordeste	199	211	255	257	258	269	261	261	265	248	266
Sudeste	456	467	609	623	625	626	587	598	594	558	562
Sul	416	454	537	547	534	549	530	554	549	546	574
Centro-este	375	428	468	491	518	535	493	506	530	484	515
Brasil	362	381	474	484	484	491	465	473	473	447	462

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociais (IETS) com base na PNAD; os dados da Região Norte excluem a área rural, exceto no Estado de Tocantins.

a explicação da forte mudança nos padrões migratórios se encontre aí. As tendências do PIB regional transmitem a mesma impressão. Segundo o IBGE, o PIB per capita do Nordeste aumentou de R\$ 2.920,00 para R\$ 3.120,00 entre 1998 e 2002, enquanto no Sudeste diminuiu de R\$ 8.610,00 para R\$ 8.520,00. De novo, essas mudanças são muito modestas para explicar uma reversão tão espetacular das tendências migratórias. Desta forma, surgem duas hipóteses opostas ou talvez complementárias: a primeira de que novas oportunidades de trabalho tenham passado a existir em número e visibilidade suficientes para atrair grandes números de migrantes ao Nordeste; a segunda de que as condições de emprego na Região Sudeste tenham deteriorado ou se modificado (em termos da demanda), expulsando assim volumosos contingentes de migrantes. Retornaremos a essas hipóteses no contexto do próximo segmento.

A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL

A análise em nível estadual não pode prescindir de certa cautela devido às limitações da amostra, mas sim é possível comparar os dez fluxos principais dos períodos 1995-2000 e 1999-2004. Vários desses fluxos se repetem de um período a outro, embora não necessariamente na mesma ordem de importância. É digno de nota que, já no período 1995-2000, ao lado dos fluxos da Bahia (1º lugar), Minas Gerais (3º), Pernambuco (4º) e Paraná (5º) para São Paulo, havia três contra- fluxos de São Paulo para Minas Gerais (2º), Paraná (6º) e Bahia (7º). No período 1999-2004 todos esses fluxos continuavam entre os dez mais importantes, à exceção do fluxo de Pernambuco para São Paulo, que agora passou a ser substituído por um fluxo no sentido oposto (8º), confirmando a tendência notada acima com respeito à mudança de sentido predominante dos fluxos inter-regionais entre o Sudeste e o Nordeste. Com isso, enfrentamos agora o fato extraordinário de que os saldos migratórios tanto da Região Sudeste como do Estado de São Paulo se tornaram negativos: -215.236 e -155.132, respectivamente. Este dado é mais surpreendente ainda quando se considera que no período 1995-2000 o saldo migratório do Estado de São Paulo ainda era 339.925 positivos. Ou seja, houve uma diminuição de quase meio milhão no saldo migratório em apenas quatro anos.

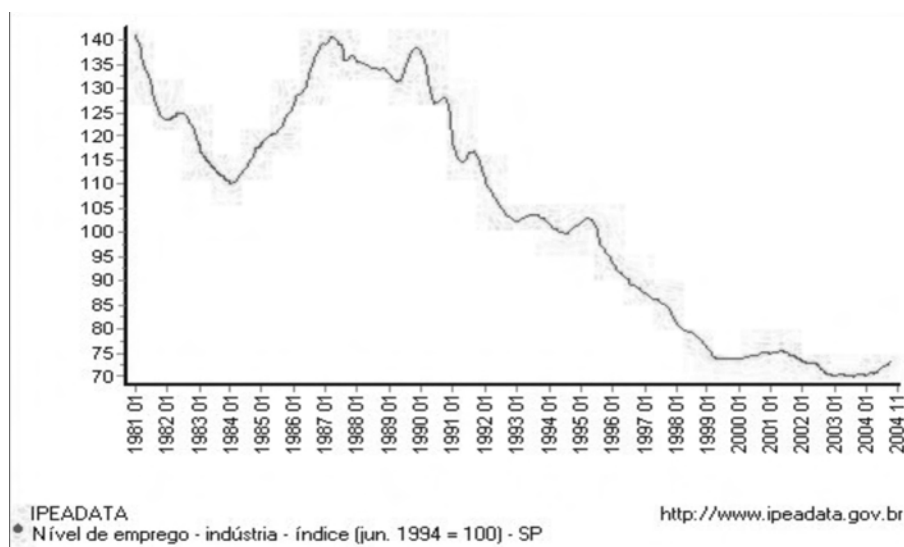
Tabela 7A. Fluxos absolutos detalhados de migrantes interestaduais 1999-2004

Destino/ origem	Norte	MA- PI	NE Central	SE-BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC-RS	MS- MT- GO	DF
Norte	-	69.811	22.823	7.979	10.447	5.170	7.899	27.393	15.635	14.107	79.050	6.575
MA-PI- CE	145.248	-	25.631	3.517	4.650	0	6.965	31.551	0	582	54.121	30.212
RN-PB- PE	27.416	30.048	-	49.255	29.987	4.228	40.434	166.176	6.035	5.788	22.229	16.031
AL-SE- BA	14.011	3.136	40.250	-	32.805	26.782	12.664	192.271	4.357	3.983	42.698	13.365
MG	17524	2.613	10.459	22.545	-	35.243	27.761	200.028	5.767	11.055	42.044	23.421
ES	5.461	1.319	4147	12.862	49.170	-	21.126	12.259	385	209	1.320	411
RJ	7.430	7.392	85.018	17.433	42.981	22.553	-	42.179	4.530	7.287	7.958	10.892
SP	25.323	66.949	225.429	164.168	193.891	7.048	27.319	-	117.343	59.708	78.567	12.944
PR	19.322	5.305	8.809	3.119	6.761	2.349	3.951	61.634	-	100.152	57.108	2.672
SC-RS	6.985	0	6.073	2.278	7.936	1.880	5.455	35.579	78.319	-	29.769	3.492
MS-MT- GO	46.931	18.004	13.437	7.011	36.297	1.879	7.902	44.625	26.911	17.972	-	32.058
DF	15.009	26.502	26.052	10.465	14.483	0	4.560	9.862	1.196	2.213	89.640	-
Exterior	9.207	1.566	8.948	4.042	8.160	2.348	12.658	50.067	25.545	11.626	15.638	7.807

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

As informações apresentadas no Gráfico 1 sugerem que a segunda hipótese formulada na seção anterior (de que a reversão de padrões migratórios tradicionais se deve principalmente a motivos de expulsão do Sudeste) pode ser correta. O gráfico mostra que o emprego industrial caiu pela metade entre 1981 e 2004, sendo que o período 1999 a 2004 é justamente o momento em que os níveis de emprego se estabilizam nos patamares mais baixos. Segundo o Dieese, a taxa de desemprego na Região Metropolitana aumentou de 13,2% para 19,9% entre 1995 e 2003.⁶ Simultaneamente, ocorreu uma contração relativa do setor industrial em termos do valor total de vendas, de 46,4% do total nacional em 2000 para 42,5% em 2003, enquanto Paraná (de 5,9% para 7,2%), Rio de Janeiro (de 6,6% para 7,4%) e Bahia (de 4,5% para 5,1%) registraram aumentos. É verdade, como indicado mais abaixo, que, no conjunto das atividades econômicas, São Paulo não perdeu sua preeminência econômica no período, devido à rápida expansão dos seus setores de serviços e seu crescimento como centro financeiro. Entretanto, esses dados podem significar uma mudança na demanda de mão-de-obra e no perfil do emprego; essa não estaria favorecendo aos migrantes menos qualificados, podendo assim explicar pelo menos parte das saídas (e/ou a redução de atratividade) da Região Sudeste.

Gráfico 1. Nível de emprego industrial: resultados mensais retrospectivos no Estado de São Paulo



⁶ Nos dois anos seguintes, a taxa de desemprego se contraiu, chegando a 16,9 % em 2005.

Os outros fluxos relevantes incluem aqueles do Distrito Federal para o Estado de Goiás (resultado da periferação do DF), fluxo esse que já estava entre os dez mais importantes no período de 1995-2000, a migração do Paraná para Santa Catarina, também já importante em 1995-2000, e a migração do Maranhão para Pará, que se intensificou no período 1999-2004. Embora seja difícil extrair conclusões definitivas, devido às limitações da amostra, também parece que houve aumentos da migração do Rio de Janeiro e de São Paulo para a Paraíba, de São Paulo para o Piauí e do Piauí para o Maranhão.

Tabela 7B. Saldos migratórios internos⁷ das UFs, 1995-2000 e 1999-2004

Unidade da Federação	1995-2000	1999-2004
Rondônia	10.591	- 6.193
Acre	- 2.434	1.565
Amazonas	30.968	11.073
Roraima	33.370	25.059
Pará	- 52.190	47.685
Amapá	29.469	14.244
Tocantins	12.917	- 29.692
Maranhão	- 173.650	- 77.092
Piauí	- 52.079	5.694
Ceará	- 23.783	21.106
Rio Grande do Norte	6.631	36.210
Paraíba	- 61.480	42.471
Pernambuco	- 115.417	- 24.936
Alagoas	- 71.982	- 4.350
Sergipe	- 4.822	2.585
Bahia	- 267.466	- 88.275
Minas Gerais	39.122	30.978
Espírito Santo	34.003	- 1.537
Rio de Janeiro	45.537	- 89.617
São Paulo	339.925	- 155.132
Paraná	- 39.690	- 10.704
Santa Catarina	59.986	75.019
Rio Grande do Sul	- 39.496	- 29.729
Mato Grosso do Sul	- 11.029	- 7.200
Mato Grosso	42.571	111.680
Goiás	202.804	146.997
Distrito Federal	27.624	- 47.909

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

⁷ O termo “interno” se refere ao fato de que se considera apenas a migração interna; os fluxos provenientes ou dirige-los ao exterior não são tomados em conta.

No que se refere aos saldos migratórios estaduais resultantes desses fluxos, além da reversão dramática do sinal do saldo de São Paulo, o qual já se mencionou acima, é de notar que cinco dos nove Estados nordestinos agora têm saldos positivos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. No período de 1995-2000, somente o Rio Grande do Norte apresentava balanço ligeiramente positivo. A mudança no caso da Paraíba é particularmente notável. Esse estado passou de um saldo negativo de -61.480 para um positivo de 42.471. A Bahia manteve um saldo negativo, mas o tamanho absoluto desse se reduziu muito, de -267.466 para -88.275, enquanto no Maranhão passou de -173.650 para -77.092. Outras mudanças notáveis são as reversões do sinal do saldo do Estado do Pará, que passou de negativo para positivo, e do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que passaram de receptores a expulsores líquidos.

Ramos e Ferreira (2005) analisaram os padrões regionais de crescimento do emprego com dados do Rais⁸ e encontraram que o aumento absoluto do número de empregos formais entre 1998 e 2003 foi maior em São Paulo, embora a taxa de crescimento nesse estado estivesse abaixo do nível nacional. Uma situação semelhante ocorreu no Paraná e em Minas Gerais, estados grandes e povoados, onde houve um aumento absoluto considerável, embora modesto em termos relativos. Os aumentos relativos mais significativos se registraram no Pará, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Até certo ponto, esse padrão é consistente com as tendências migratórias mencionadas acima. Entretanto, não explica porque aumentou tanto o saldo migratório de um Estado como Paraíba, cuja expansão do emprego formal ficou abaixo da média nacional.

⁸ É preciso interpretar esses dados com cuidado, na medida em que alguns autores disputam a adequação da Relação Anual das Informações Sociais (Rais) para a medição do emprego. Diniz e Diniz (2004), por exemplo, observam que “dados formais de emprego, apurados pela Rais para o período 1985-20002, mostram que a RMSP perdeu 572 mil empregos no setor industrial, compensados pelo ganho de 942 mil empregos nas demais atividades levando a um resultado positivo de 370 mil empregos. Entretanto, a análise do emprego formal não reflete de forma adequada as transformações estruturais e a precarização do mercado de trabalho. Os dados de ocupação apurados pelos censos demográficos são mais consistentes, pois envolvem a economia formal e a informal. Enquanto no período 1985-2000 a RMSP teve um aumento absoluto de 370 mil empregos formais, segundo dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)/Rais, os censos demográficos mostram que, entre 1980 e 1991, houve um aumento de 1,125 milhões de ocupações e, entre 1991 e 2000, outras 544 mil, perfazendo um acréscimo total de 1,669 milhões de ocupados. Isto indica que, embora grave, a crise econômica na RMSP não teve a dimensão sugerida pela queda no emprego formal, apontando para os limites da hipótese de desindustrialização.”

A MIGRAÇÃO DE RETORNO

A hipótese de que uma parte significativa do aumento da migração da Região Sudeste para o Nordeste se deve à contração relativa das oportunidades de emprego no Sudeste também recebe apoio da análise da migração em termos da naturalidade dos migrantes. Como mostra a Tabela 8, no Brasil inteiro 17,7% dos migrantes inter-regionais eram migrantes de retorno para o seu município de nascimento; 12,7% estavam voltando para o seu estado de origem, embora para um outro município; e 2,4% eram naturais da Grande Região, mas não da UF. No caso do Nordeste, entretanto, essas porcentagens são muito maiores (37,5%, 24,1% e 6,9%, respectivamente), com uma migração de retorno particularmente elevada no caso dos migrantes provenientes da Região Centro-Oeste (44,7%, 28,0% e 6,8%, respectivamente). No caso específico do Estado da Paraíba, cujo aumento do saldo migratório não pôde ser explicado satisfatoriamente acima, as porcentagens se encontram próximas desta média regional: 40,8%, 18,9% e 11,0%. É importante assinalar que não parece tratar-se majoritariamente de trabalhadores de maior idade, que estariam voltando para a sua região de origem para se aposentar. De fato, a idade média dos migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste era de 32,5 anos e somente 13,7% tinham mais de 50 anos (ver Tabela 10).

Tabela 8. Porcentagens de naturais do município (M), de outro município da UF (UF) e de outra UF da macro-região (R) para migrantes 1999-2004

	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Total		
	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R
N	-	-	-	21,5	26,7	11,5	11,8	6,5	5,0	20,0	14,1	5,9	6,3	10,4	1,8	14,6	16,2	6,5
NE	5,1	2,4	2,7	-	-	-	5,1	2,7	1,7	11,6	13,7	1,9	2,0	2,3	1,4	4,7	2,8	1,8
SE	14,5	6,2	1,0	39,3	23,5	6,1	-	-	-	18,5	16,8	4,8	8,5	4,5	1,5	28,8	18,1	4,8
S	7,1	2,2	2,3	28,5	14,7	6,4	14,9	18,6	7,2	-	-	-	3,5	1,7	2,0	11,5	10,9	4,9
CO	13,9	11,6	6,6	44,7	28,0	6,8	19,8	20,3	4,0	20,0	28,6	8,6	-	-	-	26,4	22,2	6,0
T	7,2	3,2	2,3	37,5	24,1	6,9	9,0	7,8	3,0	18,4	18,2	5,3	5,1	4,2	1,6	17,7	12,7	2,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

No caso da migração para a Região Sul, onde também se poderia esperar uma porcentagem relativamente alta de migração de retorno (devido à emigração havida em décadas passadas), os índices efetivamente são mais

Tabela 9. Idade média e porcentagem de pessoas maiores de 50 anos para migrantes inter-regionais 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	27,0 10,3	28,4 9,8	28,8 11,3	26,2 7,0	27,2 9,3
NE	25,3 6,4	-	25,5 5,5	30,9 9,8	24,9 5,8	25,5 5,8
SE	30,2 10,6	28,8 11,1	-	30,1 13,6	29,7 12,4	29,3 11,8
S	28,9 10,2	29,2 8,9	31,9 16,3	-	30,3 11,4	30,8 13,3
CO	26,5 5,7	28,0 6,6	30,0 13,3	25,8 6,9	-	28,1 8,9
Total	26,6 7,3	28,5 10,4	27,3 8,5	29,3 12,1	27,6 9,2	27,9 9,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 10. Idade média e porcentagem de pessoas maiores de 50 anos para migrantes de retorno à região de origem, 1999-2004

Destino/ Origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	30,8 13,0	38,8 21,9	27,8 3,5	27,4 4,4	30,9 11,6
NE	22,9 5,7	-	27,0 11,9	32,3 11,1	19,4 0,0	25,6 9,1
SE	28,9 8,3	32,5 13,7	-	31,2 10,8	27,7 10,3	32,0 13,0
S	22,5 5,7	32,1 10,8	33,5 19,8	-	25,1 4,6	32,0 16,3
CO	25,5 4,5	29,8 5,8	35,8 20,7	28,0 10,7	-	30,8 10,7
Total	25,2 5,8	31,9 12,5	32,6 17,8	30,2 10,1	25,9 6,2	31,9 12,3

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

elevados do que as médias nacionais: 18,4% para o município de nascimento, 18,2% para o Estado e 5,3% para a Região, com porcentagens particularmente altas no caso da migração proveniente das Regiões Centro-Oeste e Norte. Dos migrantes da Região Centro-Oeste para o Sul, um total de 57,2% eram naturais de alguma UF da Região Sul. No caso da Região Nordeste, chama a atenção o fato de que a maioria dos migrantes de retorno é relativamente jovem. A proporção de migrantes de retorno é particularmente baixa no caso das Regiões Norte e Centro-Oeste. As idades médias mais elevadas são as dos migrantes das Regiões Sul e Centro-Oeste para o Sudeste.

MIGRAÇÕES PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS

O conceito de Região Metropolitana tem sido alterado nos últimos anos para incorporar um grande número de “Aglomerados Urbanos”.⁹ Entretanto, as nove Regiões Metropolitanas (RMs) antigas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) continuam dominando o panorama demográfico e econômico do país. Os dados da PNAD 2004 permitem uma análise mais detalhada dos processos migratórios para cada uma dessas áreas. Entretanto, alguma cautela precisa ser exercida nessa análise, na medida em que os dados referentes à população total de cada RM foram expandidos com base em projeções e não se baseiam diretamente na amostra da PNAD. A incorporação de novos municípios em algumas RMs também pode afetar os dados, principalmente no que se refere às tendências de crescimento.

Nas discussões referentes às mudanças no padrão demográfico das RMs, menciona-se frequentemente que “o crescimento demográfico das aglomerações metropolitanas tem sido declinante.”¹⁰ Presume-se, frequentemente, que a importância da migração para essas cidades é cada vez mais reduzida. Essas hipóteses são analisadas aqui para o período 2000 a 2004.

De acordo com a Tabela 11, as nove RMs antigas continuariam constituindo uma parcela significativa da população brasileira: seus 55 milhões de habitantes em 2004 estariam representando 30% do total nacional. Por outro lado, seu ritmo de crescimento vem, de fato, declinando ao longo do tempo. Tal redução no ritmo de crescimento populacional em grandes cidades é, *ceteris paribus*, uma tendência praticamente inevitável.

⁹ Vide a respeito Ipea/IBGE/Nesur, 1999.

¹⁰ Vide, por exemplo, Brito e Marques, 2005: 5.

Numa cidade pequena, um afluxo importante de migrantes fatalmente faz com que a sua taxa de crescimento dispare; numa cidade grande, esse mesmo afluxo pode não ter praticamente nenhum impacto nas taxas de crescimento demográfico. Além disso, a taxa de crescimento de todas as cidades brasileiras foi afetada pela queda acentuada e rápida da fecundidade que se verificou no Brasil a partir da década de 60.¹¹ Por esses motivos, o ritmo de crescimento das maiores cidades vinha declinado sistematicamente desde 1970. Conseqüentemente, as porcentagens de migrantes recentes nas RMs atualmente são baixas em comparação a períodos anteriores, variando de 3,0 % no Rio de Janeiro a 10,6 % em Curitiba (dados não apresentados).

Tabela 11. Crescimento absoluto e relativo das Regiões Metropolitanas 1970-2004

	1970	1980	1991	2000*	2000**	2004
Belém	655.901	999.165	1.332.723	1.674.183	1.795.536	2.006.051
Fortaleza	1.036.779	1.580.066	2.303.645	2.852.514	2.984.689	3.295.915
Recife	1.791.322	2.357.156	2.883.250	3.278.284	3.337.565	3.560.552
Salvador	1.147.821	1.766.582	2.493.224	3.021.572	3.021.572	3.298.592
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.520	3.611.227	4.310.999	4.349.425	4.794.718
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.715	9.796.498	10.894.156	10.894.156	11.470.644
São Paulo	8.139.730	12.585.725	15.416.416	17.878.703	17.878.703	19.178.329
Curitiba	821.233	1.439.456	1.995.952	2.662.441	2.726.556	3.080.541
Porto Alegre	1.574.239	2.287.291	3.028.980	3.523.691	3.658.376	3.983.905
Total	23.717.028	34.397.676	42.861.915	50.096.543	50.646.578	54.669.247
Belém		4,30 %	2,65 %	2,57 %		2,81 %
Fortaleza		4,30 %	3,49 %	2,40 %		2,51 %
Recife		2,78 %	1,85 %	1,44 %		1,63 %
Salvador		4,41 %	3,18 %	2,16 %		2,22 %
Belo Horizonte		4,64 %	3,00 %	1,99 %		2,47 %
Rio de Janeiro		2,44 %	1,01 %	1,19 %		1,30 %
São Paulo		4,45 %	1,86 %	1,66 %		1,77 %
Curitiba		5,77 %	3,02 %	3,25 %		3,10 %
Porto Alegre		3,81 %	2,59 %	1,70 %		2,15 %
Total		3,79 %	2,02 %	1,75 %		1,93 %

*Agrupação de municípios dentro de cada RM compatível com o critério utilizado no Censo Demográfico de 1991.

**Agrupação de municípios dentro de cada RM compatível com o critério utilizado na PNAD 2004.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNAD 2004.

¹¹ A queda da fecundidade acaba reduzindo as taxas de crescimento das cidades tanto pela redução do crescimento vegetativo dentro das cidades como pela redução no ritmo de crescimento da população dos migrantes-em-potencial que poderiam eventualmente deslocar-se para as cidades.

No período 1940-70, a taxa de crescimento do conjunto das nove RMs havia sido de 4,54%^{a a}: essa taxa declinou, conforme mostrado na Tabela 11, para 3,79% na década de 70, para 2,02% na década de 80 e para 1,75% na década de 90. Entretanto, os dados (projetados) para o período 1999-2004 estariam mostrando uma ligeira, mas surpreendente, retomada da taxa de crescimento das RMs, comparado ao período anterior (1,93%^{a a} contrastando com o anterior 1.75%^{a a}). Essa reversão é particularmente inesperada tendo em vista que:

- a) A taxa de fecundidade do país e das RMs encontra-se cada vez mais baixa;
- b) Os outros tipos de migração, tanto inter-regional como intra-regional, têm se arrefecido no período (vide discussão nas seções anteriores);
- c) O país está passando por uma fase de desconcentração e diversificação espacial da atividade econômica, especialmente industrial, que deveria redundar numa redução do crescimento metropolitano; e,
- d) Os dados sobre migração em direção urbana, apresentados acima, mostram que os migrantes se dirigem, de preferência, para outras áreas urbanas que as RMs tradicionais.

Todos esses fatores, contraditórios com a aceleração do crescimento das RMs, obrigam a uma certa cautela na interpretação dos dados da Tabela 11 sobre o crescimento das RMs. A hipótese mais plausível pareceria ser de que os supostos em que foram baseadas as projeções de população nas RMs encontram-se defasados, seja em termos da contribuição da migração, seja em termos dos níveis de fecundidade da população. Na Tabela 12, compara-se o número de migrantes interestaduais recentes em cada uma das RMs em 2000 e 2004. Observa-se, de fato, uma redução significativa e sistemática no número de migrantes recentes em cada uma das RMs. Esta mudança de padrão pode ter afetado, em parte, a atualidade dos supostos da projeção para as RMs.

Sem dúvida, as antigas RMs continuam tendo um papel muito destacado na evolução da espacialização da população brasileira, apesar da redução significativa do seu ritmo de crescimento nos últimos 35 anos. Em princípio, essa continuidade estaria relacionada com a reestruturação

Tabela 12: Número de migrantes interestaduais recentes residentes nas Regiões Metropolitanas em 2000 e 2004 (data fixa)

Regiões Metropolitanas e DF	Número de Migrantes Interestaduais	
	2000	2004 *
Belém	43.782	32.085
Fortaleza	70.925	48.874
Recife	61.759	49.605
Salvador	52.992	52.846
Belo Horizonte	95.335	72.959
Rio de Janeiro	277.663	104.240
São Paulo	794.606	442.093
Curitiba	111.621	79.364
Porto Alegre	58.821	47.731
Distrito Federal	220.623	152.073
Total	1.788.127	1.081.870

* É preciso tomar em conta que os coeficientes de variação destes números variam entre 7,5%, no caso dos maiores, e 15 %, nos menores.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004

produtiva das RMs em torno dos setores de serviços e finanças. Embora não seja possível aprofundar essa tese aqui, a seguinte análise de Diniz e Diniz, assim como os dados apresentados na Tabela 13, merecem ser apreciados neste contexto:

“Na década de 1990, a tendência de queda da participação da RMSP na renda seria atenuada em função das mudanças tecnológicas e organizacionais, da reestruturação produtiva, da concentração do setor financeiro e de serviços e da entrada de investimento estrangeiro. Essa reestruturação afetaria mais a economia do município de São Paulo, pelo fortalecimento de sua posição como centro de comando da economia nacional e de seu papel na articulação com a economia mundial. Houve expansão das atividades comerciais e de serviços, permitindo a geração de emprego e renda, que contrabalançariam as perdas do setor industrial. Os censos demográficos mostram que, entre 1980 e 1991, houve um aumento de 1,125 milhões de ocupações e, entre 1991 e 2000, outras 544 mil, perfazendo um acréscimo total de 1,669 milhões de ocupados. Isto indica que, embora grave, a crise econômica na RMSP não teve a dimensão sugerida pela queda no emprego formal, apontando para os limites da hipótese de desindustrialização, que será discutida adiante. Pode-se concluir que no Brasil

tem ocorrido uma ampliação da importância demográfica e econômica de uma rede de metrópoles, coerente com a dimensão geográfica do país e com o processo de desconcentração relativa e de crescimento das economias regionais. A despeito disso, São Paulo mantém sua função de cidade primaz do Brasil, mudando suas funções e ampliando seu papel como o grande centro articulador da economia nacional e principal pólo de integração com a economia mundial”. (Diniz e Diniz, 2004: 64-65)

Tabela 13. Participação das Regiões Metropolitanas nas rendas total e industrial

Região	Renda total			Renda industrial de transformação		
	1981	1992	2002	1981	1992	2002
Belém	0,7	0,7	0,9	0,4	0,3	0,5
Fortaleza	1,2	1,3	1,5	0,9	1,1	1,2
Recife	1,8	1,7	1,8	1,4	1,1	1
Salvador	2	1,9	1,9	2,1	1,5	1,3
Belo Horizonte	3	3	3,2	2,9	3	3,3
Rio de Janeiro	13	10,8	9,2	11,7	7,5	5,6
São Paulo	20,1	17,1	16,6	36,5	30	23,3
Curitiba	1,8	1,9	2,4	1,7	2	2,6
Porto Alegre	3,5	3,3	3,3	3,4	3,7	4
Subtotal	47,3	41,8	40,8	61,1	50,2	42,9
Resto do Brasil	52,7	58,2	59,2	38,9	49,8	57,1
Brasil	100	100	100	100	100	100

Fonte: Diniz e Diniz, 2004: 63, Tabela 1

Nas discussões referentes às mudanças no padrão demográfico das RMs, presume-se que a importância da migração para essas cidades está regredindo. Na realidade, conforme pode ser visto na Tabela 14 e no Gráfico 2, em termos absolutos, a migração para as RMs continua tendo um saldo bastante positivo, sendo responsável por cerca de 36 % do crescimento total das RMs. Em algumas RMs, notadamente Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, a migração chega a equivaler-se ou superar o crescimento vegetativo.¹²

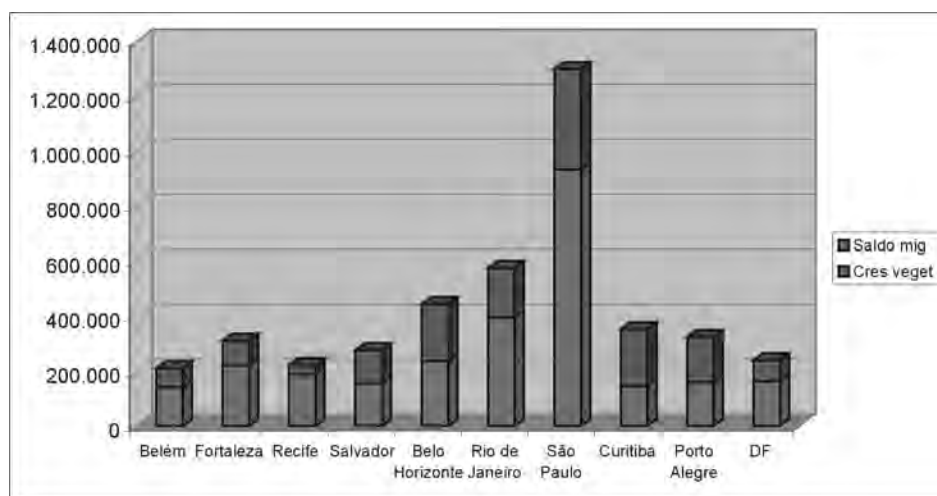
¹² Deve ser observado que a emigração das RMs, apresentada na Tabela 14, como foi obtida por diferença, pode estar subestimada, tendo em vista os comentários anteriores sobre a projeção de população nas RMs. Isto faria com que a contribuição da migração ao crescimento das RMs estaria exagerada.

Tabela 14. Componentes do crescimento populacional nas RMs brasileiras durante o período 1999-2004

RMs	Vegetativo	Migratório	Imigração	Emigração	Total
Belém	141.642	68.873	116.344	-47.471	210.515
Fortaleza	220.999	90.228	159.650	-69.422	311.227
Recife	187.268	35.719	205.662	-169.943	222.987
Salvador	155.883	121.137	154.683	-33.546	277.020
Belo Horizonte	236.603	208.690	315.361	-106.671	445.293
Rio de Janeiro	394.995	181.493	278.165	-96.672	576.488
São Paulo	932.507	367.119	1.041.735	-674.616	1.299.962
Curitiba	145.993	207.992	257.347	-49.355	353.985
Porto Alegre	159.572	165.958	296.838	-130.880	325.530
DF	164.155	76.174	141.377	-65.203	240.329
Total	2.739.617	1.523.383	2.967.162	-1.443.779	4.263.336

Fonte: Estatísticas do Registro Civil, IBGE 2000-2004; cálculos baseados nos micro-dados da PNAD 2004

Gráfico 2. Componentes do crescimento das Regiões Metropolitanas, 2000-2004



Fonte: Tabela 14

Na maioria das RMs, porém, o crescimento vegetativo responde hoje pela maior proporção do crescimento populacional. A crescente preponderância do crescimento vegetativo no crescimento das maiores

cidades – apesar de padrões de fecundidade cada vez mais reduzidos – é um fator de grande importância para ser considerado quando se planeja o futuro urbano. Ou seja, não se pode imaginar que as grandes cidades vão parar de crescer porque a migração e a fecundidade encontram-se em níveis mais reduzidos. O Gráfico 2 permite uma visualização direta da importância relativa da migração e do crescimento vegetativo na composição do aumento demográfico de cada RM. Evidentemente, o volume absoluto de crescimento na RM de São Paulo é o que mais impressiona no panorama nacional.

Finalmente, é interessante comparar o ritmo de crescimento das RMs com o de outras áreas urbanas dentro das suas respectivas UFs. Conforme pode ser observado na Tabela 15, não existe um só padrão: de fato, em quatro UFs (Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul), as RMs cresceram mais rapidamente do que as outras áreas urbanas; em quatro outras (Pará, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo), o crescimento das RMs é mais lento do que o das outras áreas urbanas. Finalmente, em Minas Gerais não há diferença significativa entre um e outro.

Tabela 15: Crescimento das Regiões Metropolitanas de outras áreas urbanas na mesma UF, Brasil, 2000-2004

UF	Região Metropolitana	Urbano não-metropolitano na mesma UF
Pará	Belém: 2,81 %	6,20 %
Ceará	Fortaleza: 2,51 %	4,85 %
Pernambuco	Recife: 1,63 %	0,18 %
Bahia	Salvador: 2,22 %	0,95 %
Minas Gerais	Belo Horizonte: 2,47 %	2,45 %
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro: 1,30 %	2,96 %
São Paulo	São Paulo: 1,77 %	2,61 %
Paraná	Curitiba: 3,10 %	1,75 %
RG do Sul	Porto Alegre: 2,15 %	0,32 %

SELETIVIDADE DA MIGRAÇÃO

Quem migra: pessoas de maior ou menor nível educacional? O tempo de residência facilita o processo de inserção no mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas? Existem diferenças significativas entre migrantes de acordo com seu tempo de residência na RM? Como se compara à situação dos migrantes com a dos naturais da RM? De posse dos dados da PNAD 2004, é lícito fazer algumas ilações a respeito.

A Tabela 16 procura comparar a seletividade dos diferentes fluxos migratórios interestaduais em termos do número médio de anos de escolaridade dos migrantes de data fixa. Encontram-se ali poucos padrões definidos. Sem dúvida, o grupo de migrantes com maior nível de educação é aquele que está voltando do exterior: 8 dos 12 grupos de migrantes voltando do exterior têm mais de dez anos de escolaridade na média. Brasília, Rio de Janeiro e Santa Catarina/Rio Grande do Sul são as UFs que recebem os migrantes com maior nível de educação. Como é razoável supor, dados os níveis médios de educação no Nordeste, os migrantes que saem dessa Região têm o menor número de anos de escolaridade.

Tabela 16. Número médio de anos de escolaridade para migrantes interestaduais recentes no período 1999-2004

Destino/ origem	Norte	MA- PI	NE Centr.	SE- BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC- RS	MS- MT- GO	DF
Norte	-	5,76	7,25	7,83	7,42	7,27	10,12	8,72	6,92	10,73	7,23	9,06
MA-PI-CE	5,57	-	5,35	7,63	6,54	-	8,53	6,64	-	12,00	6,18	7,55
RN-PB-PE	8,04	6,74	-	7,16	7,43	4,44	6,49	6,89	8,59	9,52	7,49	8,77
AL-SE-BA	7,10	10,33	8,19	-	7,91	5,82	8,52	6,53	8,45	10,68	5,69	8,20
MG	7,72	1,80	9,25	9,12	-	8,76	9,58	7,82	7,46	7,91	7,68	9,65
ES	10,92	5,40	4,27	6,13	6,31	-	6,81	11,84	16,0 0	4,00	7,00	10,50
RJ	11,27	6,29	6,23	8,51	9,37	9,42	-	10,53	5,05	12,21	9,12	12,15
SP	9,07	5,92	5,90	5,71	7,77	7,93	11,01	-	7,68	8,45	8,23	11,17
PR	8,33	6,71	8,48	12,28	8,69	7,40	11,49	8,43	-	8,25	7,69	12,15
SC-RS	8,15	-	9,47	12,66	8,41	10,50	11,13	8,45	7,76	-	8,84	13,41
MS-MT-GO	7,43	5,30	8,20	8,30	7,43	10,00	8,07	8,70	6,97	9,04	-	8,86
DF	8,77	5,50	7,03	8,12	9,68	-	14,00	10,79	9,50	10,91	7,12	-
Exterior	7,33	9,33	13,52	14,09	10,70	13,80	10,70	10,11	7,75	12,41	6,49	11,55

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

No que se refere às migrações para as RMs¹³, os dados da Tabela 17 mostram que o nível educacional da população natural dos municípios da RM é superior ao dos migrantes em todas as RMs. Entretanto, a diferença é pequena, pois quase todas as categorias de migrantes em todas as RMs têm um nível educacional relativamente privilegiado, em comparação com suas respectivas médias regionais. Não se observam diferenças significativas no

¹³ Neste caso, as tabelas incorporam dados referentes ao Distrito Federal.

Tabela 17. Número médio de anos de escolaridade para naturais e migrantes maiores de 10 anos com diferentes durações de residência no município, Regiões Metropolitanas e DF, 2004

Região Metropolitana	0-2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10+ anos	Naturais do município	Total
Belém	7,71	7,49	7,67	7,91	8,66	8,28
Fortaleza	8,66	7,99	7,88	7,46	8,11	7,90
Recife	8,74	8,60	8,90	7,70	8,21	8,12
Salvador	8,59	9,00	8,78	7,72	8,72	8,44
Belo Horizonte	8,86	8,46	8,02	7,82	9,31	8,58
Rio de Janeiro	8,73	8,85	8,17	7,65	9,35	8,84
São Paulo	8,75	8,81	8,12	7,80	10,00	8,89
Curitiba	9,12	9,03	9,33	8,61	9,27	9,00
Porto Alegre	9,36	9,20	8,84	8,19	9,30	8,84
DF	10,06	9,48	8,85	9,13	9,61	9,36

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

nível educacional dos migrantes de acordo com seu tempo de residência na RM, embora o nível educacional dos mais recentes tenda a ser um pouco mais elevado em várias RMs. Tal evidência contrasta com a situação observada em 1970, quando os níveis socioeconômicos dos migrantes aumentavam de acordo com o tempo de residência na RM em praticamente todas as circunstâncias (Martine, 1979).

A composição por sexo dos fluxos migratórios recentes, segundo a PNAD de 2004, variou relativamente pouco. (Dados não apresentados). Como acontece na maioria dos países latino-americanos, as migrantes femininas predominavam nos fluxos para as Regiões Metropolitanas, à exceção da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a proporção de sexo era de 1,03. As menores razões de sexo são encontradas nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (0,75), São Paulo (0,81) e Curitiba (0,84). Nas outras áreas urbanas não existia uma predominância clara de migrantes masculinos ou femininos, mas as mulheres de fato predominavam nos fluxos migratórios do Nordeste para as áreas urbanas não-metropolitanas do Pará e de São Paulo, e da Região Sudeste para as áreas urbanas não-metropolitanas da Bahia. Por outro lado, os homens predominavam entre os migrantes do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo e para o Distrito Federal.

No que se refere à renda dos migrantes e naturais, as pequenas diferenças educacionais observadas acima em favor da população natural dos municípios da RM não se traduzem em superioridade de renda. De fato,

de acordo com a Tabela 18, os migrantes apresentam, na média, um nível superior de renda em sete das dez cidades nas categorias “total” e “população masculina” e em seis de dez cidades de “população feminina”. O maior

Tabela 18. Renda per capita mensal média para naturais e migrantes maiores de dez anos com diferentes durações de residência no município, por sexo, Regiões Metropolitanas e DF, 2004

RM e Sexo	0-2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10+ anos	Naturais do município	Total
Total						
Belém	425	293	287	335	359	348
Fortaleza	462	337	353	380	320	347
Recife	431	469	448	412	346	379
Salvador	499	497	416	426	338	377
Belo	605	450	377	515	515	506
Horizonte	764	643	536	641	606	618
Rio de Janeiro	491	544	433	565	635	585
São Paulo	600	559	618	721	644	663
Curitiba	657	594	532	660	631	636
Porto Alegre	1082	1081	751	867	677	804
DF						
Homens						
Belém	457	311	290	341	362	354
Fortaleza	516	361	341	394	312	346
Recife	472	448	454	439	342	384
Salvador	484	477	424	442	339	379
Belo	695	470	367	531	519	518
Horizonte	764	658	583	637	600	613
Rio de Janeiro	451	534	422	572	643	590
São Paulo	644	595	674	755	651	685
Curitiba	705	600	536	691	623	647
Porto Alegre	1166	1064	874	904	681	824
DF						
Mulheres						
Belém	400	277	284	330	357	343
Fortaleza	423	317	363	369	328	347
Recife	393	485	443	391	350	374
Salvador	512	517	409	413	336	374
Belo	525	432	385	502	512	495
Horizonte	763	631	495	644	611	621
Rio de Janeiro	526	554	444	560	629	582
São Paulo	560	522	566	692	637	642
Curitiba	615	590	529	635	639	628
Porto Alegre	1022	1094	649	838	673	785
DF						

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

diferencial de renda a favor dos naturais se encontra em São Paulo e o maior diferencial a favor dos migrantes em Salvador e Recife. O mais surpreendente, se comparado com os padrões observados no Censo de 1970, é que, em muitos casos, os migrantes mais recentes são os que têm maior nível de renda entre toda a população migrante. Esse fenômeno ocorre em oito das dez RMs na população masculina e em cinco RMs na população feminina.

Essas diversas comparações entre a situação de educação e renda de migrantes e naturais, e entre migrantes segundo seu tempo de residência no município, para o período 1999-2004, mostram uma mudança radical com os padrões observados uma geração atrás. Os dados do Censo de 1970, muito explorados para apoiar a formulação de uma Política Nacional de Migrações Internas (Ministério do Interior, 1980), retratavam sistematicamente a população migrante recente como pobre, com pouca instrução formal e ocupando os piores empregos. Grande parte dessa população vinha de cidades pequenas ou mesmo de áreas rurais. Na medida que passava o tempo, havia uma retenção seletiva dos mais preparados para competir no mercado de trabalho metropolitana e uma expulsão e migração repetida dos outros. Assim, em todas as RMs, os migrantes mais antigos desfrutavam de uma situação superior a dos próprios naturais, em praticamente todos os indicadores socioeconômicos (Martine, 1979).

Em contraste, a atual geração de migrantes é composta primordialmente de pessoas que antes residiam em outras áreas urbanas, com nível educacional muito superior ao da geração anterior e que têm melhores condições de competir no mercado de trabalho metropolitano. A inversão da situação dos migrantes recentes é particularmente notável. Há apenas uma geração, essa categoria era sempre composta dos grupos menos privilegiados; agora, pareceria que esses migrantes se encontram em situação visivelmente melhor do que a maioria dos outros grupos. Isso poderia sugerir a existência de um grupo relativamente significativo de pessoas mais competitivas que se movem no mercado de trabalho nacional com mais frequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio apresentou um grande número de informações baseadas na PNAD 2004 com o objetivo de descrever os movimentos migratórios recentes no Brasil. Embora o nível do trabalho seja exploratório e descritivo, algumas tendências aparecem ora como interessantes, ora como

surpreendentes, ora como ambíguos. A interpretação dessa informação vai requerer, em alguns casos, maior confiança nos dados mas, na maioria dos casos, melhores informações a respeito das transformações socioeconômicas ocorridas no país e nos seus espaços regionais durante o período recente.

Dizíamos, nos parágrafos introdutórios, que a migração geralmente reflete – pelo menos a nível agregado – o deslocamento de investimentos e de atividades produtivas. Entretanto, pode haver uma defasagem temporal entre mudanças no lócus e na concentração de atividades produtivas e as modificações nos padrões e rumos migratórios. Por exemplo, sabe-se hoje que o processo de desconcentração industrial a partir da RM de São Paulo havia começado já na década de 70, mas os estudiosos só vieram a perceber os impactos dessa transformação sobre a distribuição espacial da população nos dados do Censo Demográfico de 1991. Nem a correlação entre transformação econômica e migração, nem a base de informações que guia os deslocamentos dos migrantes, são perfeitas. Sendo assim, é particularmente difícil interpretar mudanças aparentemente importantes ocorridas no padrão migratório brasileiro durante um período curto e recente, como aquele coberto pelas informações de data fixa oferecidas pela PNAD 2004.

O principal resultado deste estudo, observado em diversas tabelas, refere-se a uma reversão da principal corrente migratória brasileira, aquela que flui entre o Nordeste e o Sudeste. Tradicionalmente, a direção desses fluxos era do Nordeste para o Sudeste; entretanto, os dados da PNAD 2004, analisados em nível regional e estadual, revelam que o fluxo recente tem sido principalmente em direção oposta. Quase 70% desses fluxos são compostos pela migração de retorno, sendo que 58% dos migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste estão voltando para os seus municípios de origem. Isso, aliada ao fato de que a grande maioria desses migrantes não está em idade de se aposentar, indicaria claramente que esta migração é motivada principalmente por motivos de expulsão da Região Sudeste. Ou seja, estariam voltando, não para aproveitar uma expansão de emprego no Nordeste, senão para voltar para sua terra, sua família e suas redes de contato a fim de poder sobreviver em condições melhores do que aquelas enfrentadas recentemente no Sudeste. Essa hipótese se consolida quando observamos os dados a respeito da evolução do emprego e da renda em diferentes regiões: as diferenças a favor do Sudeste continuam sendo altas.

A segunda observação que merece destaque na leitura dos dados da PNAD 2004 é que as áreas urbanas não-metropolitanas (por exemplo, nesse caso, as cidades que não são parte das nove RMs originais) têm aumentado seu nível de captação de fluxos migratórios no período recente. Esse dado confirma tendências observadas durante a década de 90. Ou seja, o processo de concentração da população urbana em outras localidades continua.

Uma terceira observação, bastante ambígua, é que teria havido uma inversão também no ritmo de crescimento das nove RMs antigas. Vista à luz dos padrões observados nas duas décadas anteriores, nos quais as taxas de crescimento das RMS mostravam um importante e continuado declínio, a retomada do crescimento metropolitano seria surpreendente. Suspeita-se de que essa suposta retomada do crescimento estaria relacionada com o fato de que os números referentes à população residente em cada RM são baseados em projeções, e que essas projeções estariam algo defasadas nos seus supostos referentes à fecundidade e migração.

Finalmente, os dados sobre a seletividade da migração estariam indicando padrões migratórios muito diferentes daqueles observados uma geração atrás no Brasil. Refletindo os avanços importantes no nível educacional da população brasileira nos últimos 30 anos, os migrantes de hoje têm um nível de escolaridade muito mais elevado do que no passado. As correntes para as regiões mais desenvolvidas do país apresentam os níveis educacionais mais elevados. Entretanto, o mais interessante é constatar que a seletividade migratória parece ter mudado significativamente em relação há uma geração atrás. A maioria das migrações hoje é de natureza urbana/urbana e as características dos migrantes, pelo menos para as RMs, não sugerem a mobilidade de pobres em busca de trabalho na construção civil e no serviço doméstico. A categoria de migrantes recentes que, outrora, era sempre composta dos elementos mais pobres e de nível educacional menor, está hoje em situação melhor que os outros migrantes ou os próprios naturais das RMs, na maioria dos casos. Portanto, embora exploratória, essa análise sugere mudanças importantes nos padrões migratórios brasileiros.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teórico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

BRASIL. Ministério do Interior. *Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas*. Brasília, 1980.

BRITO, Fausto. As migrações internas na segunda metade do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

_____; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

CUNHA, José Marcos Pinto da. *O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002a. (Texto para Discussão/IPEA, 875).

_____. *Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina*. Santiago: CELADE, 2002b. (Serie Poblacion y Desarrollo, 30).

DINIZ, Clélio Campolina; DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO – EMURB. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004. p. 61-84.

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; MATOS, Ralfo. Densidade populacional urbana e fluxos migratórios: um modelo de estimação da área urbana dos municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

MACHADO, Cláudio Caetano. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.

_____. Adaptation of migrants or survival of the fittest ? *The Journal of Developing Areas*, v. 14, n. 1, p. 23-42, 1979.

MATOS, Ralfo; STEFANI, João; LOBO, Carlos Fernando Ferreira. Inversão no balanço migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; TARGINO, Ivan. Migrações para as Regiões Metropolitanas brasileiras: uma análise por dados em painel (1970-2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

_____. Perfil e seletividade nas migrações dirigidas às Regiões Metropolitanas. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE

MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. *Padrão espacial da evolução do emprego formal 1995-2003*. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão/IPEA, 1102).

RIGOTTI, José Irineu Rangel; VASCONCELLOS, Idamila Renata Pires. Uma análise espacial exploratória dos fluxos populacionais brasileiros nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

Resumo

Exploram-se os dados da PNAD de 2004 sobre migrações recentes (1999-2004), enfocando os fluxos inter-regionais e interestaduais, migração de retorno, migração para Regiões Metropolitanas e outras áreas urbanas, componentes do crescimento metropolitano e diferenciais entre migrantes e não-migrantes. Comparado com o censo de 2000, nota-se o seguinte:

1. Diminuição de 15% nos fluxos inter-regionais, principalmente à Região Sudeste; o Estado de São Paulo, especificamente, chegou a ter um saldo migratório negativo.
2. Forte redução da migração Nordeste-Sudeste e um aumento significativo do fluxo oposto, que atualmente predomina; UFs tradicionalmente expulsoras como Piauí e Paraíba agora têm saldos positivos.
3. Reduções significativas das migrações Sul-Centro-Oeste, Nordeste-Centro-Oeste, para o Sudeste e do Norte e aumento da migração Centro-Oeste-Nordeste.
4. Continuação da tendência do censo, de arrefecimento da emigração da Região Sul, que passou a ter saldo migratório positivo.
5. Dos migrantes para o Nordeste, 37,5% voltavam para o seu município e 24,1% para outro município na UF de origem; geralmente, trata-se de pessoas relativamente jovens.
6. Apesar do arrefecimento do crescimento Metropolitano, a migração ainda contribui significativamente, mas a migração para outras áreas urbanas é proporcionalmente maior.
7. O perfil dos migrantes metropolitanos recentes mudou: atualmente trata-se de pessoas com níveis de educação e renda comparáveis com os nativos.

Abstract

The data of the 2004 PNAD on recent migration (1999/2004) are explored, with an emphasis on inter-regional and inter-state flows, return migration, migration to Metropolitan and other urban areas, the components of metropolitan growth, and differentials between migrants and non/ migrants. Compared to the 2000 census, the following is noted:

- 1. Reduction of 15% in the inter-regional flows, particularly to the Southeast Region; the State of Sao Paulo, specifically, came to have a negative migration balance.*
- 2. Strong reduction of the Northeast-Southeast migration and a significant increase of the opposite flow, which now predominates; States which used to generate out-migration, such as Piauí and Paraíba, now have positive balances.*
- 3. Significant reductions of migration in the directions South-Center-West, Northeast-Center-West, to the South and from the North, and increase of the migration from Center-West to Northeast.*
- 4. Continuation of the census trend, of decreasing out-migration from the Southern Region, which came to have a positive migration balance.*
- 5. Of the migrants to the Northeast, 37.5% returned to their municipality and 24.1% to another municipality within their State of origin; in general, these movements involve relatively young people.*
- 6. Despite the lower growth of Metropolitan areas, migration still contributes significantly, but migration to other urban areas is proportionally greater.*
- 7. The profile of recent metropolitan migrants has changed; at present, it involves people with educational and income levels comparable to those of the native population.*

Os Autores

RALPH HAKKERT é funcionário do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e dirige o projeto RLA5P01 (Projeto Regional de Apoio a Assuntos de População e Desenvolvimento na Implementação dos ODMs), que é desenvolvido em conjunto com o Ipea.

GEORGE MARTINE é consultor independente.

Deseja-se agradecer a UNFPA e o Ipea pelo tempo disponibilizado para a confecção deste trabalho. Entretanto, as opiniões aqui expressas são as dos autores exclusivamente.

